



## **REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Considerando:

Os princípios administrativos da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e economicidade;

As disposições legais que regulamenta a celebração de convênios, termos de cooperação, ajustes e outras avenças, pelos órgãos e entidades da Administração Pública **Municipal** com órgãos e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse comum e recíproco do Município de Mauá/SP e do Temo de Colaboração 77/2021;

A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO ABCD, Organização da Sociedade Civil (OSC) entidade de cunho esportivo e social, sem fins econômicos ou lucrativos(ESFL), com sede na Av. Kennedy, 1155 – São Bernardo do Campo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.126.870/0001-90, neste ato, representada por seu Diretor Presidente, aprova seu **REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS:**

### **I Princípios**

Art. 1º - A aquisição de produtos e a contratação de serviços pela Associação Desportiva do ABCD, com recursos públicos repassados, deverão obrigatoriamente observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

Parágrafo Único - Nas compras cujo valor ultrapasse, no mês da competência, 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será obrigatória, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

### **II Aplicação e Competência**

Art. 2º - O presente regulamento aplica-se as compras e contratação de serviços pela Associação Desportiva do ABCD, especialmente para aquelas realizadas com Recursos Públicos recebidos por força de Chamamentos, Convênios ou congêneres.

Art. 3º - As compras serão centralizadas na Área Administrativo/Financeira, subordinado à Diretoria.

### **III Definição**

Art. 5º - Para fins do presente regulamento, considera-se compra toda aquisição remunerada de materiais de consumo, prestação de serviços e bens permanentes para fornecimento de uma só vez, com a finalidade de suprir a Associação com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades e o procedimento de compras/contratação de serviços compreende o cumprimento das etapas a seguir especificadas:

- I. requisição de compras;
- II. seleção de fornecedores;



**ASSOCIAÇÃO DEPORTIVA DO ABCD**  
**CNPJ 12.126.870/0001-90 – FUNDADA EM 21-05-2010**

- III. solicitação de orçamentos;
- IV. apuração da melhor oferta; e
- V. emissão do pedido de compra.

Art. 6º - O procedimento de compras terá início com o recebimento da requisição de compra, precedida de verificação pelo requisitante de corresponder ao item previsto no orçamento a que se referir e que deverá conter as seguintes informações:

- I. quantidade a ser adquirida;
- II. regime de compra: rotina ou urgente;
- III. informações especiais sobre a compra.

Art. 7º - Considera-se de urgência a aquisição de material ou bem, com imediata necessidade de utilização ou no atendimento que possa gerar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços e equipamentos.

§ 1º - O setor requisitante deverá justificar a necessidade de adquirir o material ou bem em regime de urgência.

§ 2º - O Setor Administrativo/Financeiro poderá dar ao procedimento de compras o regime de rotina, caso conclua não estar caracterizada a situação de urgência, devendo informar o requisitante dessa decisão.

#### **IV Compras**

Art. 8º - O Setor Administrativo/Financeiro deverá selecionar criteriosamente os fornecedores que participarão da cotação, considerando idoneidade, qualidade e menor custo, além da garantia de manutenção, reposição peças, assistência técnica e atendimento de urgência, quando for o caso.

Parágrafo único - Para fins do disposto no "caput" deste artigo, considera-se menor custo aquele que resulta da verificação e comparação do somatório de fatores utilizados para determinar o menor preço avaliado, que além de termos monetários, encerram um peso relativo para a avaliação das propostas envolvendo, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. custos de transportes seguro até o local da entrega;
- II. forma de pagamento;
- III. prazo de entrega;
- IV. facilidade de entrega nas unidades;
- V. agilidade na entrega nas unidades;
- VI. credibilidade mercadológica da empresa proponente;
- VII. disponibilidade de serviços;
- VIII. quantidade e qualidade do produto;
- IX. assistência técnica;
- X. garantia dos produtos.

Art. 9ª - O processo de seleção compreenderá a cotação entre os fornecedores que deverá ser feita da seguinte forma:



**ASSOCIAÇÃO DEPORTIVA DO ABCD**  
**CNPJ 12.126.870/0001-90 – FUNDADA EM 21-05-2010**

I. compras com valor estimado acima de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) sedo os 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será obrigatoriamente realizado o mínimo de 03 (três) cotações prévias, de diferentes fornecedores, obtidas por meio de pesquisa de mercado ou e-mail;

II. A melhor oferta será apurada considerando-se os critérios contidos no art. 6º e seu parágrafo único do presente Regulamento e será apresentada a Diretoria, a quem compete, exclusivamente, aprovar a realização da compra.

III. Após aprovada a compra, o Setor Administrativo/Financeiro informara aos requisitantes e fornecedores;

Art. 10 - O Pedido de Compra corresponde ao contrato formal efetuado com o fornecedor encerra o procedimento de compras, devendo representar fielmente todas as condições em que foi realizada a negociação;

Art. 11 - O recebimento dos bens e materiais será realizado pela unidade compradora, responsável pela conferencia dos materiais, consoante as especificações contidas no Pedido de Compra e ainda pelo encaminhamento imediato da Nota Fiscal ou Documento Comprobatório ao Setor Administrativo/Financeiro.

### **V Compras e Despesas de Pequeno Valor**

Art. 12 - Para fins do presente Regulamento, necessariamente abaixo do valor estabelecido no Art. 9º, I, considera-se compra de pequeno valor a aquisição de materiais de consumo ou outras despesas devidamente justificadas cujo valor total não ultrapassem os valores determinados nas diretrizes da Diretoria.

§ 1º - A compra de materiais de consumo abaixo do valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) fornecidos com regularidade por um único fornecedor ficam dispensadas das etapas definidas no presente Regulamento

§ 2º - A condição de fornecedor regular será atestada pelo Setor Administrativo/Financeiro com base no referido no "caput" deste artigo e aprovada pela Diretoria.

Art. 13 - As notas fiscais emitidas pelos fornecedores da Associação devem obedecer:

I. Estar em nome da Entidade, constar endereço completo, CNPJ, data e ano, bem como, constar quantidade, valor unitário e valor total e sem rasuras;

II. Nos serviços de transporte de passeio solicitar à empresa que quando for emitir a Nota Fiscal descreva no corpo da Nota o destino e a quantidade de usuários;

III. As Notas Fiscais devem ser de acordo com a sua finalidade, ou seja, compra de mercadorias/produtos deverão ser emitidas por empresas que possuem notas de Vendas e contratações de serviços deverão ser emitidas notas de Prestação de Serviços.



**ASSOCIAÇÃO DEPORTIVA DO ABCD**  
**CNPJ 12.126.870/0001-90 – FUNDADA EM 21-05-2010**

Art. 14 - Para fins do presente Regulamento considera-se serviços toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse da Associação, por meio de processo de terceirização, tais como: conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, serviços técnicos especializados, etc.

Art. 15 - Aplicam-se a contratação de serviços, no que couber, todas as regras estabelecidas nos artigos "Das Compras" do presente Regulamento, com exceção dos serviços técnico-profissionais especializados que ficam dispensados da exigência estabelecida no art. 9º do presente Regulamento.

### **VI Serviços Técnico-profissionais Especializados**

Art. 16- Para fins do presente Regulamento, consideram-se serviços técnico-profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I. capacitação e formação continuada dos profissionais;
- II. área que envolve as atividades de atuação da Associação, como por exemplo: palestrantes.

Art. 17 - A Diretoria devese selecionar criteriosamente o prestador de serviços técnico-profissionais especializados, considerando a idoneidade, a experiência e a especialização do contratado, dentro da respectiva área.

### **VII Disposições Gerais**

Art. 18 - as casos omissos ou duvidosos na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos pela Diretoria, com base nos princípios gerais de administração.

Art. 19 - as valores estabelecidos no presente Regulamento serão revistos e atualizados pela Diretoria, se e quando necessário.

São Bernardo do Campo, 03 de janeiro de 2022.

---

Hamilton Gonçalves  
Presidente da Associação Desportiva do ABCD